

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.008 - RS (2019/0294119-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**AGRAVANTE** : ISRAEL RAMOS BRUM  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE OFENSA A ENUNCIADO DE SÚMULA. VIA INADEQUADA. **SÚMULA N. 518/STJ**. INCIDÊNCIA. ELEVAÇÃO DA PENA NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. PATAMAR DE 3/8 (TRÊS OITAVOS). AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. **SÚMULA N. 443/STJ**. DESRESPEITO. **SÚMULA N. 568/STJ**. INCIDÊNCIA. MAJORAÇÃO REDUZIDA PARA A FRAÇÃO MÍNIMA LEGAL DE 1/3 (UM TERÇO). AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **ISRAEL RAMOS BRUM** contra decisão que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do v. acórdão proferido pelo **eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Consta dos autos que o agravante foi **condenado** pelo MM. Juízo de 1º Grau, pela prática do crime descrito no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, à pena de **9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão**, em regime inicial **fechado**, mais **20 (vinte) dias-multa** (fls. 186-195).

O eg. Tribunal **a quo**, em decisão unânime, **deu** parcial provimento ao apelo ministerial e parcial provimento à apelação defensiva, para reduzir a reprimenda do recorrente para **7 (sete) anos, 6 (seis) meses e 22 dias de**

**reclusão**, mantidos os demais termos da condenação (fls. 335-353). Eis a ementa do julgado:

**"APELAÇÃO-CRIME. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE AGENTES.**

**1. ÉDITO CONDENATÓRIO. MANUTENÇÃO. APELO DEFENSIVO.** Prova produzida amplamente incriminatória. Relato vitimário coerente e convincente, o ofendido descrevendo que, por ocasião do fato, caminhava em via pública, quando abordado por dois indivíduos, de capacetes, tripulando uma motocicleta, que, exibindo-lhe arma de fogo, subtraíram seu aparelho de telefone celular e carteira, contendo documentos e dinheiro em espécie. Conseguiu reconhecer o acusado, fazendo-o pessoalmente, com certeza, na fase policial, porque a viseira do capacete que usava encontrava-se entreaberta, bem como pela vestimenta e motocicleta utilizada, da qual forneceu o número da placa à polícia, que depois surpreendeu a dupla com a mesma motocicleta, portando arma de fogo. Relevância da palavra da vítima, sendo plenamente idônea a firmar o veredicto condenatório, que vai mantido. Acusado que, em juízo, negou a autoria. Tese de negativa de autoria que cedeu diante do robusto acervo de provas construído pela acusação. Prova segura à condenação, que vai mantida.

**2. DOSIMETRIA DA PENA.** Basilar fixada em 7 anos de reclusão, em razão da nota desfavorável dispensada aos vetores antecedentes e personalidade. Histórico criminal do acusado - indivíduo que, além de reincidente, responde a 3 outras ações penais, por roubo duplamente majorado, praticados no mesmo dia do crime em comento, bem como possui 1 condenação definitiva pelo crime idêntico, não caracterizadora da recidiva porque praticada depois do delito em análise, e 1 condenação provisória, pelo delito de porte ilegal de arma de fogo, também posterior ao fato em análise - , que indicam péssimos antecedentes e personalidade nitidamente propensa ao ilícito. Autorização legal para que o magistrado valore elementos concretos colacionados aos autos, possibilitando formar sua convicção acerca da personalidade do indivíduo, não gravitando a questão no campo moral, mas jurídico. Súmula nº 444 do E. STJ que, a par de não possuir efeito vinculante, é inaplicável na vetorial personalidade, porque o acusado ostenta condenação de definitiva que não serviu à exasperação da pena a título de reincidência. Pena -base, que, de qualquer forma, mostrou-se excessiva, cabendo a redução para 5 anos e 6 meses de reclusão,

*pois melhor atende aos postulados da necessidade e suficiência da reprimenda e ao critério da proporcionalidade.*

*3. REINCIDÊNCIA. APLICAÇÃO COGENTE, DECORRENTE DE DISPOSIÇÃO LEGAL. INCONSTITUCIONALIDADE INOCORRENTE. Recidiva corretamente reconhecida. O não reconhecimento da agravante da reincidência, prevista expressamente em lei - art. 61, I do CP -, implica negativa de vigência à própria lei e violação aos princípios constitucionais da isonomia - porque, do contrário, seria conferir tratamento igual aos desiguais - e da individualização da pena - porque o legislador pretendeu dar tratamento mais rigoroso aos já condenados, mas que não compreenderam as finalidades da pena. Bis in idem não configurado, tampouco ofensa a qualquer princípio constitucional. Entendimento atual do E. STF reconhecendo a constitucionalidade da reincidência (RE nº 453.000). Pena provisória mantida em 5 anos e 6 meses, compensadas a agravante da recidiva com a atenuante da menoridade.*

*4. ÍNDICE DE AUMENTO PELA INCIDÊNCIA DA DUPLA MAJORANTE. RECURSO MINISTERIAL. O índice de aumento da pena pela incidência de duas ou mais majorantes é questão que se insere na órbita de convencimento do magistrado, no exercício de seu poder discricionário de decidir a quantidade de aumento que julga conveniente na hipótese concreta, desde que observados os limites estabelecidos pela norma penal. Hipótese na qual a decisora singular, pelas causas majorativas, aumentou a pena em 1/3, o que se mostrou insuficiente no caso concreto, olvidando-se que mais proporcional à espécie a fração de 3/8, em face do número de adjetivadoras incidentes (2) e, principalmente, à qualidade delas, já que se tratava de 2 agentes, que abordaram as vítimas em plena via pública, à luz do dia, empunhando arma de fogo, artefato de potencial lesivo letal. Impossibilidade, nesse contexto, de aplicação do acréscimo no patamar mínimo (1/3). Critério objetivo adotado pelo E. STJ seguido por este Órgão Fracionário. Apenamento do delito fixado, então, em 7 anos, 6 meses e 24 dias de reclusão, o que vai definitivado, ausentes outras causas para sua alteração.*

*5. MULTA. REDUÇÃO. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELO DEFENSIVO. O critério para fixação da pena pecuniária é o bifásico, isto é, a quantidade informada pelas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP; a unidade, pela situação financeira do acusado. "In casu", a pena de multa de 20 dias -multa, à razão unitária mínima, está de acordo com a análise das circunstâncias do art. 59 do CP, que não foi inteiramente favorável ao réu, e com suas parcas condições*

*financeiras. Redução descabida.*

**APELO DEFENSIVO PARCIALMENTE PROVIDO. APELO MINISTERIAL PROVIDO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE REDIMENSIONA PARA 7 ANOS, 6 MESES E 22 DIAS DE RECLUSÃO. DEMAIS DISPOSIÇÕES SENTENCIAIS MANTIDAS.**

**A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE 2º GRAU, DETERMINADA A ADOÇÃO, NA ORIGEM, DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS, TÃO LOGO ESGOTADA A JURISDIÇÃO ORDINÁRIA."**

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, no qual a Defesa sustentou a ocorrência de dissídio jurisprudencial, em relação à Súmula 443 do STJ e negativa de vigência ao art. 157, § 2º, do Código Penal. Para tanto, argumenta que:

**a)** *"A fixação da pena acima do mínimo de um terço ante a incidência de majorantes, quiçá no montante de 3/8, deve ser sempre bem fundamentada e a análise deve ser qualitativa em vez de quantitativa, sob pena de se admitir a aplicação da pena objetivamente, sem individualização"* (fl. 363);

**b)** *"O acórdão recorrido, portanto, diverge da interpretação pacificada junto a este Superior Tribunal de Justiça, de modo que desafia reparo mediante provimento do presente Recurso Especial. É dizer, em outras palavras, que a exasperação acima do mínimo, a título de causas de aumento de pena, não está adstrita e tampouco decorre de um silogismo matemático, senão ao contrário, pois necessário se faz, além do concurso de pelo menos duas majorantes, a análise qualitativa das peculiaridades de caracterizam o caso"* (fl. 364);

**c)** *O acórdão recorrido "[...] implica negativa de vigência ao art. 157, § 2º, do Código Penal, posto que não observa a fração mínima de exasperação ali especificada, e diverge da interpretação alcançada à matéria junto a esta Corte Superior de Justiça, especialmente em relação ao conteúdo*

*normativo assentado junto à Súmula 443" (fl. 365).*

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 374-376), o eg. Tribunal de origem **inadmitiu** o apelo nobre pela aplicação da **Súmula n. 83/STJ** (fls. 378-387).

No presente **agravo**, repisam-se os fundamentos apresentados em sede de recurso especial e refutam-se os argumentos expendidos para negar-lhe trânsito (fls. 392-400).

O Ministério Público Federal manifestou-se **pelo desprovemento do agravo** (fls. 421-424).

É o relatório.

**Decido.**

Tendo em vista os argumentos expendidos pela parte agravante para refutar os fundamentos da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

**Inicialmente**, no que diz respeito à alegação de que o acórdão recorrido "[...] *contrariou o disposto na Súmula no 443/STJ, de modo que resta inconteste a necessidade de prevalência da decisão paradigma e do entendimento desta Corte Superior Tribunal de Justiça, tratando-se, portanto, medida de lúdima justiça!*" (fls. 234), diviso que o recurso **não pode ser conhecido.**

Com efeito, não é adequado o uso da via especial para apontar negativa de vigência a enunciado sumular do Superior Tribunal de Justiça, como afirmado pelo recorrente quanto ao enunciado da Súmula n. **443/STJ**, por não se enquadrar no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. PREFEITO.**

USO INDEVIDO DE RECURSOS PÚBLICOS E DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO. ART. 1º, II, DO DECRETO-LEI 201/1967 E ART. 89, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.666/1993. NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. INTIMAÇÃO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL CONTRARIADO. INADEQUAÇÃO DO USO DA VIA ESPECIAL PARA ARGUIR VIOLAÇÃO DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. JULGADA IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS. IRRELEVÂNCIA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS CÍVEL E PENAL. CONDENAÇÃO CRIMINAL APOIADA EM AMPLO CONTEXTO PROBATÓRIO. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DOS CRIMES. VALORAÇÃO NEGATIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *É deficiente o recurso especial que, a despeito de suscitar a nulidade da audiência de instrução realizada no processo, deixa de mencionar o dispositivo de lei federal, em tese, violado. Ademais, não é adequado o uso da via especial para apontar negativa de vigência a enunciado sumular do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que essa hipótese não está inserida entre as previstas no art. 105, III, da CF. Precedentes.*

[...]

5. *Agravo regimental desprovido*" (AgRg no AREsp n. 644.371/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/8/2017).

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 3º, 5º, 6º, § 1º E 8º, TODOS DA LEI Nº 9.296/1996, 70 DO CP, e 458 DO CPP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 41 DO CPP. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO RECORRIDA DE ACORDO COM ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. OFENSA À SÚMULA Nº 241/STJ. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR NÃO EQUIVALE A LEI FEDERAL PARA FINS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 518/STJ. OFENSA AO ART. 63 DO CP. BIS IN IDEM NA DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. *Está pacificado nesta Corte Superior, por meio da Súmula nº 518, que "para fins do art. 105, III, a, da Constituição*

***Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".***

*[...]*

***5. Agravo regimental a que se nega provimento"***  
(AgRg no AREsp n. 817.164/SC, **Sexta Turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 19/2/2016, grifei).

Incide, no ponto, o enunciado da Súmula n. 518/STJ, **in verbis**:  
*"Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".*

**Por outro lado**, no que diz respeito à alegação de ocorrência de dissídio jurisprudencial, por violação ao artigo 157, § 2º, do Código Penal, ao argumento de que não houve fundamentação idônea para o estabelecimento do **quantum** de aumento pela causa de aumento do referido delito, constato que razão assiste ao recorrente, em seu reclamo.

O MM Juízo de primeiro grau, sobre a **quaestio**, assim fundamentou a aplicação do patamar de **1/3 (um terço)** na terceira fase do procedimento dosimétrico, para o recorrente (fl. 194):

*"Na terceira fase, tendo sido comprovado que o agente praticou o delito de roubo com emprego de arma de fogo e mediante concurso de agentes, presente as majorantes previstas no art. 157, §2º, incisos I e II, do CP. Nesse passo, considerando a Súmula 443 do S-132, bem como levando-se em conta que o concurso se deu apenas entre duas pessoas e que foi utilizada apenas uma arma para o cometimento do delito, aumento a pena em 1/3. Assim, fica a pena definitiva fixada em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão."*

O **Tribunal a quo**, por seu turno, ao analisar a **quaestio**, no que importa ao caso, assim fundamentou pela aplicação das majorantes ao patamar de **3/8** (três oitavos), fls. 350-351:

***"RECURSO MINISTERIAL. FRAÇÃO DE AUMENTO PELO RECONHECIMENTO DE 2 MAJORANTES.***

*Na última etapa do processo dosimétrico, em que pese presença de 2 adjetivadoras, a julgadora singular aumentou as corporais em 1/3, com o*

*que se insurge o Ministério Público.*

*E lhe assiste razão.*

*Atenta às circunstâncias fáticas que envolveram o delito, entendo que insuficiente o quantitativo aplicado.*

*Como é cediço, o índice de aumento da pena pela incidência de duas ou mais majorantes é questão que se insere na órbita de convencimento do magistrado, no exercício de seu poder discricionário de decidir a quantidade de aumento que julga conveniente no caso concreto, desde que observados os limites estabelecidos pela norma penal.*

*Na hipótese, o aumento de 1/3 eleito pela sentenciante, mostrou-se equivocado, uma vez duas foram as majorantes reconhecidas, conforme com o critério objetivo adotado pelo E. STJ, e seguido por este Órgão Fracionário, atrelado ao fato de que proporcional à qualidade delas, considerando que se tratava de 2 agentes envolvidos na empreitada criminosa, que abordaram o vitimado, em plena via pública e à luz do dia, subjugando-o, mediante emprego de arma de fogo, sabidamente de letal.*

*Em casos como o ora sob exame, praticado, como visto, em circunstâncias mais gravosas, entendo que o acréscimo não possa ser o mínimo legal de 1/3, não se vislumbrando afronta à Súmula n.º 443 do STJ.*

*E, sendo assim, observando os princípios da proporcionalidade, isonomia e individualização da pena, perfeitamente justificável o aumento em 3/8 pela incidência da dupla majorante, não apenas pelo critério objetivo, mas também em razão da qualidade das causas de aumento no caso concreto.*

*Perfaz, então, a pena de 7 anos, 6 meses e 22 dias de reclusão, quantum que torno definitivo ausentes outras causas para sua alteração."*

Pois bem.

Sobre o tema, convém ressaltar que se admite, na terceira fase da dosimetria da pena, a exasperação da reprimenda acima do patamar mínimo desde que apresentada fundamentação concreta, baseada em dados extraídos dos autos, não se revelando legítimo invocar-se para tanto, tão somente, a quantidade de majorantes para o delito de roubo.

Tal entendimento já foi, inclusive, sumulado no âmbito desta Corte, nos termos do enunciado n. **443/STJ**: "*O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes*".

**In casu**, assiste razão ao agravante, porquanto **não** houve a devida



fundamentação na dosimetria da pena, pelo eg. Tribunal de origem (quando do julgamento do apelo da Acusação), ao alterar a fração para **3/8 (três oitavos)** na terceira fase da dosimetria, amparando-se, tão somente, no número de majorantes para elevar a pena do réu (fls. 350-351).

Ora, verifica-se que a **exasperação da pena no referido patamar de 3/8 (três oitavos)**, foi efetivada sem a devida fundamentação, pois decorreu da simples presença de **duas majorantes (emprego de arma e concurso de pessoas)**. Nesse sentido, não basta, para a explicitação da **gravidade concreta** do crime praticado, que poderia legitimar o maior **quantum** de incremento punitivo, a mera referência ao número de majorantes.

Diante desse contexto, forçoso reconhecer a ocorrência de erro no julgamento, eis que o **quantum** de aumento de pena foi aplicado sem que houvesse a devida fundamentação, baseando-se apenas no número de majorantes, em desacordo com a orientação firmada na **Súmula 443/STJ, in verbis**:

*"O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes".*

Acerca do tema, destaco os seguintes precedentes desta Corte Superior:

**"CONSTITUCIONAL E PENAL. HC. ROUBO MAJORADO. PRESENÇA DE MAIS DE UMA CAUSA DE AUMENTO. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. SÚMULA N. 443/STJ. REGIME PRISIONAL FECHADO MANTIDO. PENA-BASE ACIMA DO PISO LEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.**

*[...]*

**2. A sentença aplicou fração superior a 1/3 (um terço) para majorar a pena apenas em razão das duas causas de aumento reconhecidas, sem apoio em elementos concretos do delito, o que contraria o disposto na Súmula n. 443 desta Corte: 'O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não**

***sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.'***

3. Tendo o Colegiado de origem dado provimento ao apelo do Parquet para estabelecer pena-base acima do mínimo legal, por ter considerado desfavorável circunstância do art. 59 do Estatuto Repressor Penal, não se vislumbra constrangimento ilegal na fixação de regime mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta, não havendo se falar em violação das Súmulas/STF 718 e 718, bem como da Súmula/STJ 440.

4. Writ não conhecido e habeas corpus concedido, de ofício, para redimensionar as penas impostas, fixando em 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, e pagamento de 33 (trinta e três) dias-multa as reprimendas referentes ao réu Vinicius, e em 9 (nove) anos e 26 (vinte e seis) dias e pagamento de 38 (trinta e oito) dias-multa as sanções do acusado Rodrigo" (HC n. 331.722/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 18/5/2016, grifei).

***"HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PENA-BASE. INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIIS EM ANDAMENTO. SÚMULA 444 DO STJ. CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. MENORIDADE. QUANTUM DE REDUÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N. 443 DO STF. REGIME INICIAL FECHADO. ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.***

*[...]*

***5. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ.***

*[...]*

10. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena-base ao mínimo legal, reconhecer a ilegalidade na redução da pena em relação à menoridade relativa do réu, adotar o patamar de 1/3 para o aumento da reprimenda procedido na terceira etapa da dosimetria, resultando a pena definitiva do paciente em 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto" (HC n. 228.310/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 11/3/2016, grifei).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Deve ser revista, portanto, a dosimetria da pena.

Nesse compasso, na **primeira fase**, mantém-se a pena-base no mínimo legal estabelecido pelo eg. Tribunal **a quo**, qual seja, em **05 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão**, mantido o regime inicial **semiaberto**, mais **10 dias-multa**,

Na **segunda fase**, mantenho a compensação verificada entre a agravante da reincidência e a atenuante da menoridade pela sentenciante, fica a pena fixada em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Por fim, na **terceira fase**, aplica-se o **quantum** de **1/3 (um terço)**, motivo pelo qual fica estabelecida definitivamente a reprimenda de ambos os recorrentes em **3 (três) anos e 8 (oito) meses de reclusão**, e 6 (seis) dias-multa, fixado o regime **semiaberto**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, incisos I e II, **c**, do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, **dar-lhe provimento**, nos termos da fundamentação retro.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(desembargador Convocado do Tj/pe)  
Relator